

DEMOCRACIA E PODER

FREI BETTO

São Paulo, SP, Brasil

No tempo de Jesus a questão da democracia já estava posta, porém apenas numa região muito distante da Palestina: a Grécia. Dominada pelo Império Romano, a Palestina era governada por homens nomeados ou consentidos por Roma – o rei Herodes, os governadores Pôncio Pilatos, Herodes Antipas, Arquelau e Felipe, o sumo sacerdote Caifás.

O que aparece de novo na prática e na pregação de Jesus é uma velha questão à qual ele dá um enfoque radicalmente diferente de seus contemporâneos: o poder. O poder já era objeto de reflexão dos filósofos gregos desde Sócrates (c. 469-399 a.C.). A ele Platão (428 ou 427-348 ou 347 a.C.) dedicou o livro «República» e Aristóteles (383-322 a.C.) a obra «Política».

No Antigo Testamento, o poder é mais do que uma dádiva divina. É uma maneira de participar do poder de Javé. É através de seus profetas que Javé escolhe e legitima os poderosos. Todavia, nenhum deles, ao contrário do que ocorria no Egito e em Roma, era divinizado pelo fato de ocupar o poder. Ainda que escolhido por Deus, o poderoso permanecia falível e vulnerável ao pecado, como foram os casos de Davi e Salomão. Não se autodivinizava como os faraós egípcios e os césares romanos. Até na Grécia, Alexandre Magno, em desespero por manter centrada em si a unidade de suas conquistas, tratou de autodivinizá-lo, exigindo que seus soldados o adorassem.

Jesus imprimiu outra ótica ao poder. Para ele não se trata de uma função de mando, e sim de serviço. É o que afirma em Lucas 22, 24-27: «Os reis das nações as dominam e os que as tiranizam são chamados Benfeitores. Quanto a vós, não deverá ser assim; pelo contrário, o maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve. (...) Eu, porém, estou no meio de vós como aquele que serve!».

Jesus dá o exemplo afirmando que «o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir» (Mc 10, 41-45; cf Mt 20,24-28) e ajoelhou-se para lavar os pés de seus discípulos (Jo 13, 4-8).

O que leva Jesus a inverter a ótica do poder é a pergunta: a quem deve servir o poder numa sociedade desigual e injusta? À libertação dos pobres, responde ele, à cura dos doentes, ao acolhimento dos excluídos. Este o serviço por excelência dos poderosos: libertar o oprimido, promovê-lo, fazer com que ele também tenha poder. Por

isso os pobres são «bem aventurados» (Mt 5, 1-12) e neles identifica Jesus os seus semelhantes (Mt 25, 31-46).

O poder é uma prerrogativa divina para o serviço do próximo e da coletividade. Tomado em si, perverte. A pessoa tende a trocar a sua identidade pessoal pela identidade funcional. O cargo que ocupa passa a ter mais importância do que a sua individualidade. Por isso, muitos se apegam ao poder. Pois ele torna o desejável possível. Imanta o poderoso de modo a atrair veneração e inveja, submissão e aplausos.

Para que o poderoso não se deixe embriagar pelo cargo que ocupa, Jesus propõe que ele ouse submeter-se à crítica de seus subalternos. Quem de nós é capaz disso? Qual o vigário que indaga de seus paroquianos o que pensam dele? Qual o dirigente de movimento popular que solicita de seus dirigidos uma avaliação de seu desempenho no cargo? Qual político pede a seus eleitores que o critiquem? No entanto, Jesus não temeu indagar dos discípulos o que pensavam a respeito dele e, como se não bastasse, perguntou também o que o povo pensava dele (Mt 16, 13-20).

A questão do poder é o coração da democracia. Esta significa, etimologicamente, governo do povo para o povo. No entanto, ainda permanece, na maioria dos países, no estágio meramente representativo. Para se tornar participativa, a democracia deverá ser expressão do fortalecimento dos movimentos populares. Um poder – o do Estado ou da classe dominante – só admite limites e evita abusos na medida em que se defronta com outro poder: o do povo organizado. Essa é a condição para que a democracia baseie a liberdade individual e os direitos humanos na justiça social e na equidade econômica. É falsa a democracia que concede a todos liberdade virtual e exclui a maioria de bens econômicos essenciais, como o acesso à alimentação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

Jesus não formulou uma proposta de sociedade, senão pela via inversa, ao criticar o modelo predominante na Palestina do século I, onde a riqueza de uns poucos resultava da pobreza de muitos. Por isso, posicionou-se ao lado dos pobres e defendeu os seus direitos: «Vim para que todos tenham vida e vida em abundância» (Jo 10,10). Este o critério para saber se uma sociedade é ou não justa – o direito de todos à vida plena. Pois a vida é o dom maior de Deus. □